

Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração da
Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A. e Controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional e Capital Circulante Negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia, que ainda se encontra substancialmente em fase pré-operacional, incorreu no prejuízo de R\$65.902 mil na Controladora e no Consolidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total de ativo circulante em R\$725.818 no Consolidado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições e capitalização de gastos no ativo imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada encontram-se em fase de desenvolvimento, portanto, substancialmente pré-operacionais e com um alto volume de investimentos e capitalizações de gastos no ativo imobilizado.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo imobilizado envolvem a utilização de premissas, de julgamentos e da manutenção de controles por parte da Administração, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo imobilizado; (ii) teste de desenho e implementação dos controles de capitalização e classificação do ativo imobilizado; (iii) a realização de testes documentais em base amostral sobre as adições ao ativo imobilizado, com o confronto das notas fiscais com os contratos de prestações de serviços e/ou pedidos de compra relacionados, incluindo análises de variação de gastos orçados versus gastos incorridos em alguns projetos selecionados; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo imobilizado, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram determinadas deficiências de controles internos relacionadas à capitalização de gastos, as quais nos levaram a alterar nossa abordagem de auditoria ampliando a extensão e modificando a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração sobre as adições e gastos capitalizados no ativo imobilizado, bem como as políticas de capitalização dos gastos e as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

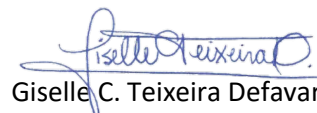
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenham proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXIV S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	74	253	23.637	18.763	Fornecedores	12	-	-	6.611	29.002
Contas a receber	6	-	-	17.427	-	Empréstimos e financiamentos	14	256.309	-	752.704	-
Impostos a recuperar	7	129	128	2.194	1.940	Obrigações tributárias	13	-	-	2.563	2.426
Outros ativos	8	5	7	1.494	406	Provisões diversas	15	33	13	604	845
Total dos ativos circulantes		208	388	44.752	21.109	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	-	-	7.496	7.173
						Passivos de arrendamentos	11	-	-	592	370
						Total dos passivos circulantes		256.348	13	770.570	39.816
NAO CIRCULANTES											
Investimentos	9	508.497	363.337	-	-	NAO CIRCULANTES					
Imobilizado	10	-	-	982.719	382.912	Empréstimos e financiamentos	14	-	223.453	-	223.453
Ativos de direito de uso	11	-	-	57.217	27.628	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	-	-	2.814	536
Total dos ativos não circulantes		508.497	363.337	1.039.936	410.540	Provisão desmobilização	15	-	-	412	-
						Passivos de arrendamentos	11	-	-	58.535	27.585
						Total dos passivos não circulantes		-	223.453	61.761	251.574
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital Social	17 a)	378.000	200.000	378.000	200.000
						Prejuízos acumulados	17 b)	(125.643)	(59.741)	(125.643)	(59.741)
						Total do patrimônio líquido		252.357	140.259	252.357	140.259
TOTAL DOS ATIVOS		508.705	363.725	1.084.688	431.649	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		508.705	363.725	1.084.688	431.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXIV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DE 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	29.131	160
CUSTOS	19	-	-	(9.693)	(72)
RESULTADO BRUTO		-	-	19.437	88
DESPESA COM PESSOAL	20	-	-	(22.745)	(19.387)
Despesas administrativas	21	(140)	(536)	(9.373)	(5.513)
Depreciação e amortização	22	-	-	(1.753)	(700)
Equivalência patrimonial	9	(32.763)	(28.859)	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(32.903)	(29.395)	(14.434)	(25.513)
Receitas financeiras	23	4	118	14.271	10.633
Despesas financeiras	23	(33.003)	(24.952)	(63.484)	(39.334)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(65.902)	(54.229)	(63.647)	(54.214)
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(2.255)	(14)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(65.902)	(54.229)	(65.902)	(54.229)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,10139)	(0,08343)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXIV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(65.902)	(54.229)	(65.902)	(54.229)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(65.902)</u>	<u>(54.229)</u>	<u>(65.902)</u>	<u>(54.229)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXIV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Capital social a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>650.000</u>	<u>(650.000)</u>	<u>(5.512)</u>	<u>(5.512)</u>
Integralização de capital	-	200.000	-	200.000
Prejuízo do exercício	-	-	(54.229)	(54.229)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>650.000</u>	<u>(450.000)</u>	<u>(59.741)</u>	<u>140.259</u>
Integralização de capital	-	178.000	-	178.000
Prejuízo do exercício	-	-	(65.902)	(65.902)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>650.000</u>	<u>(272.000)</u>	<u>(125.643)</u>	<u>252.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXIV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(65.902)	(54.229)	(65.902)	(54.229)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	9	32.763	28.859	-	-
Provisões	15	20	11	(241)	(252)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	14	32.856	24.762	46.169	24.762
Depreciação	10	-	-	4.956	162
Depreciação de ativos de direito de uso	11	-	-	2.062	535
Juros locações arrendadas	11	-	-	6.559	1.174
		<u>(263)</u>	<u>(597)</u>	<u>(6.397)</u>	<u>(27.848)</u>
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:					
Cientes	6	-	-	(17.427)	-
Tributos correntes a recuperar	7	(1)	(112)	(254)	(1.924)
Outros ativos	8	2	(6)	(1.088)	(365)
Fornecedores	12	6	-	-	(537)
Obrigações tributárias	13	-	(8)	1.099	2.372
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	-	-	2.600	5.478
Partes relacionadas		-	(3)	-	-
Provisão de desmobilização	15	-	-	412	-
		<u>(256)</u>	<u>(726)</u>	<u>(21.055)</u>	<u>(22.824)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais					
Juros pagos	14	-	(1.139)	-	(1.139)
Impostos pagos	13	-	-	(962)	-
		<u>(256)</u>	<u>(1.865)</u>	<u>(22.017)</u>	<u>(23.963)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(588.152)	(349.743)
Aumento de capital em controladas	9	<u>(177.923)</u>	<u>(391.181)</u>	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(177.923)</u>	<u>(391.181)</u>	<u>(588.152)</u>	<u>(349.743)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aporte de capital	17 a)	178.000	200.000	178.000	200.000
Pagamento de arrendamento	11	-	-	(7.038)	(1.384)
Pagamento de empréstimos	14	-	(20.187)	-	(20.187)
Captação de empréstimos	14	-	199.336	444.081	199.336
		<u>178.000</u>	<u>379.149</u>	<u>615.043</u>	<u>377.765</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento					
AUMENTO LIQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(179)</u>	<u>(13.897)</u>	<u>4.874</u>	<u>4.059</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		253	14.150	18.763	14.704
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
		74	253	23.637	18.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXIV S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A. (“IBH XXIV”, “Companhia” ou “Élis Energia”) foi fundada em 10 de agosto de 2022, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 Conj 162, Vila Olímpia, São Paulo/SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), bem como a natureza das operações do Grupo, são a construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída. A Companhia tem como controladora direta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 2022, a Companhia adquiriu o controle da Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (“IBH XXV”), a qual, no mesmo período, adquiriu o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”) abaixo descritas:

SPE	2023	2024
	Localidade	Localidade
Bahia GD S.A.	Salvador - BA	Salvador - BA
Ceará GD S.A.	Fortaleza - CE	Fortaleza - CE
Goiás GD S.A.	Goiânia - GO	Goiânia - GO
São Paulo GD S.A.	São Paulo - SP	São Paulo - SP
Piauí GD S.A.	Teresina - PI	Teresina - PI
Pernambuco GD S.A.	Recife - PE	Recife - PE
Minas GD S.A.	Belo Horizonte - MG	Belo Horizonte - MG
Pantanal GD S.A.	Cuiabá - MT	Cuiabá - MT
Mato Grosso do Sul GD S.A.	Campo Grande - MS	Campo Grande - MS
Rio de Janeiro GD S.A.	Rio de Janeiro - RJ	*Empresa cedida

Em julho de 2024 as ações da companhia Rio de Janeiro GD S.A foram cedidas para a Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. (“IBH 31”), empresa também controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e renomeada para Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.

Continuidade das operações

A Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, portanto, substancialmente pré-operacional, com 32 filiais em construção, e apresentando capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024 de R\$256.140 na Controladora e de R\$725.818 no Consolidado (R\$375 positivo na Controladora e R\$18.707 negativo no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), decorrente substancialmente de gastos incorridos com a construção da infraestrutura de geração solar da Companhia e suas controladas.

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais tanto da Companhia quanto de suas controladas.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Ao longo do ano de 2024, o Grupo continuou com a construção das usinas de geração de energia fotovoltaica em suas controladas diretas e indiretas, sendo que algumas obras foram concluídas nas SPEs Minas GD S.A., São Paulo GD S.A., Pantanal GD S.A. e parcialmente concluída na SPE Piauí GD S.A. as quais iniciaram seus faturamentos e geração de fluxo de caixa em 2024.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), as quais compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada Companhia do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

2.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

2.6. Benefícios a empregados

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a empregados no longo prazo são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados.

2.7. Impostos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora e suas filiais, o imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Nas controladas e suas filiais, o imposto corrente se baseia no lucro presumido. Na apuração do lucro presumido, a base de cálculo do imposto é presumida de acordo com o percentual de 32%. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.8. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10% ao ano.
- Computadores e periféricos: 20% ao ano.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 20% ao ano.
- Usinas em operação: média de 4% ao ano.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

A Companhia como arrendatária

Direito de Uso de Ativos

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo contratual dos arrendamentos.

Passivos de Arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 13,85% a.a. equivalente a 1,09% a.m. em 2024, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento.

- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia através de suas controladas, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os arrendatários, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos ativos arrendados, durante o período de arrendamento.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

- a) A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento solar está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de vida útil dos ativos.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista, se houver, e formam parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

2.10. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

2.10.1 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “hedge” designado e efetivo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma.
- Passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base.
- Passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de “hedge” designada (ver política de contabilização de “hedge”). O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído na rubrica “Outros ganhos e perdas” (nota explicativa nº 21) no resultado.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pelo Grupo ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

2.11. Contabilização de “hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

As principais características das atividades de “hedge” das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13. Receitas

Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação e prestação de serviços

Corresponde à receita da locação dos ativos de geração de energia fotovoltaica (UFV) das controladas da Companhia. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período dos arrendamentos.

Também inclui a prestação de serviços de operação e manutenção (O&M), que celebram contratos de locação com as usinas fotovoltaicas próprias e de terceiros, e consideram uma remuneração mensal.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a vida útil do ativo imobilizado, provisão para desmobilização do ativo imobilizado, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para riscos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1. Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants"	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. Revisada e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025

4.3. Emitidas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósito em conta	12	12	1.439	1.951
Aplicações financeiras (i)	62	241	22.198	16.812
Total	74	253	23.637	18.763

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remuneradas a 80% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (90% em 2023) e pelo Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A, remunerado a 102,50% no ano de 2024 (101% em 2023).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber	-	-	7.725	-
Locações/Serviços a faturar	-	-	9.702	-
Total	-	-	17.427	-

A Companhia não possui expectativa de perdas, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada. O prazo médio de recebimento é de 60 dias. A companhia possui R\$809 em títulos vencidos, que foram recebidos em janeiro/2025.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF - Aplicações financeiras	129	128	2.194	1.940
Total	<u>129</u>	<u>128</u>	<u>2.194</u>	<u>1.940</u>

8. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros a apropriar	5	7	1.260	215
Despesas antecipadas	-	-	176	120
Outros	-	-	58	71
Total	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>1.494</u>	<u>406</u>

9. INVESTIMENTOS

a) A investida da Companhia apresentou a seguinte situação patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Companhia	Controle	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido 2024			Patrimônio líquido	Participação no capital integralizado
				AFAC	Capital integralizado	Prejuízos Acumulados		
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.	Direto	1.021.252	511.270	-	575.290	(66.795)	508.497	100%
Total						(66.795)	508.497	100%
				Patrimônio Líquido 2023				
Companhia	Controle	Total de ativos	Total de passivos	AFAC	Capital integralizado	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido	Participação no capital integralizado
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.	Direto	398.295	34.958	-	397.366	(34.029)	363.337	100%
Total						(34.029)	363.337	100%

b) Movimentação dos investimentos

Companhia	Valor do investimento em 2023	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2024	
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.	363.337	177.923	(32.763)	508.497	
Total	363.337	177.923	(32.763)	508.497	
Companhia	Valor do investimento em 2022	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2023	
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.	1.015	391.181	(28.859)	363.337	
Total	1.015	391.181	(28.859)	363.337	

10. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado administrativo em uso	-	-	1.040	1.117
Usinas em operação			170.565	-
Adiantamento a fornecedores (i)	-	-	4.118	47.388
Importação em Andamento (i)	-	-	-	25.362
Usinas em construção (ii)	-	-	806.996	309.045
Total	-	-	982.719	382.912

Usinas em operação em 2024:

SPE	Projeto/Filial	Status	Início faturamento
GOIAS GD	Itaberaí	Em operação	DEZ 24
GOIAS GD	Campinorte	Em operação	DEZ 24
MINAS GD	Divinópolis	Em operação	DEZ 23
MINAS GD	Lagoa da Prata	Em operação	MAIO 24
MINAS GD	São Sebastião do Oeste	Em operação	JUL 24
PANTANAL GD	Pontal do Araguaia	Parcialmente em operação	NOV 24
PIAUI GD	Bom Jesus do Piauí	Parcialmente em operação	SET 24
SÃO PAULO GD	Altair	Em operação	OUT 24
SÃO PAULO GD	Cajobi	Em operação	OUT 24
SÃO PAULO GD	Guapiaçu	Em operação	NOV 24
SÃO PAULO GD	Nova Granada	Em operação	DEZ 24

- (i) Adiantamento e importações em andamento referem-se à compra de módulos fotovoltaicos e inversores. No momento das entregas dos materiais, os valores são incorporados ao ativo imobilizado.
- (ii) O imobilizado operacional em construção inclui: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia e despesas de viagens; (c) juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização são rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

10.1. Composição do Imobilizado administrativo em uso:

Bens	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Móveis e utensílios	143	(21)	122	116	(8)	108
Computadores e periféricos	423	(131)	292	372	(54)	318
Benfeitorias em imóveis de terceiros	890	(264)	626	791	(100)	691
Total	1.456	416	1.040	1.279	162	1.117

10.2. Movimentação do Imobilizado

Bens	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Móveis e utensílios	108	27	-	-	(13)	122
Computadores e periféricos	318	63	-	(12)	(77)	292
Benfeitorias em imóveis de terceiros	691	99	-	-	(164)	626
Provisão desmobilização (a)	-	373	-	-	(10)	363
Usina em Operação	-	-	-	175.267	(4.692)	170.575
Adiantamento a fornecedores (i)	47.388	106.802	-	(150.072)	-	4.118
Importação em Andamento (i)	25.362	104.595	-	(129.957)	-	-
Usinas em construção (ii)	309.045	400.533	(7.729)	104.774	-	806.623
Total	382.912	612.492	(7.729)	-	(4.956)	982.719

Consolidado					
Bens	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	-	116	-	(8)	108
Computadores e periféricos	152	220	-	(54)	318
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	791	-	(100)	691
Adiantamento a fornecedores (i)	-	47.388	-	-	47.388
Importação em Andamento (i)	3.921	21.441	-	-	25.362
Usinas em construção (ii)	252	309.045	(252)	-	309.045
Total	4.325	379.001	(252)	(162)	382.912

- (a) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados às usinas fotovoltaicas. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

11. ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso por empresa

Empresa	Consolidado			Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Locações arrendadas	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	1.741	(588)	1.153	1.342
Bahia GD S.A.	1.273	(25)	1.248	-
São Paulo GD S.A.	6.765	(189)	6.576	2.647
Pantanal GD S.A.	14.414	(547)	13.867	8.396
Goiás GD S.A.	21.724	(715)	21.009	8.820
Piauí GD S.A.	2.272	(83)	2.189	1.534
Pernambuco GD S.A.	2.226	(43)	2.183	-
Minas GD S.A.	8.457	(374)	8.083	3.990
Mato Grosso do Sul GD S.A.	941	(33)	908	899
Total	59.813	(2.597)	57.217	27.628

- b) Movimentação do direito de uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	27.628	-
Adições	31.652	28.163
Baixas	-	-
Depreciação	(2.062)	(535)
Saldo no fim do exercício	<u>57.217</u>	<u>27.628</u>

- c) Passivos de arrendamento por empresa

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	335	264
Bahia GD S.A.	4	-
São Paulo GD S.A.	37	13
Pantanal GD S.A.	69	32
Goiás GD S.A.	76	26
Piauí GD S.A.	13	7
Pernambuco GD S.A.	7	-
Minas GD S.A.	48	25
Mato Grosso do Sul GD S.A.	3	3
Total passivo circulante	<u>592</u>	<u>370</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	935	1.138
Bahia GD S.A.	1.267	-
São Paulo GD S.A.	6.712	2.660
Pantanal GD S.A.	14.282	8.427
Goiás GD S.A.	21.584	8.853
Piauí GD S.A.	2.248	1.540
Pernambuco GD S.A.	2.216	-
Minas GD S.A.	8.356	4.068
Mato Grosso do Sul GD S.A.	935	899
Total passivo não circulante	<u>58.535</u>	<u>27.585</u>

- d) Movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	27.955	-
Adições	31.652	28.161
Juros	6.559	1.174
Pagamento	<u>(7.038)</u>	<u>(1.380)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>59.128</u>	<u>27.955</u>
Total Curto Prazo	<u>592</u>	<u>370</u>
Total Longo Prazo	<u>58.535</u>	<u>27.585</u>

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores Nacionais	6	-	6.611	29.002
Total	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>6.611</u>	<u>29.002</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	1.307	14
PIS e COFINS a pagar	-	-	219	35
Impostos retidos de terceiros	-	-	1.037	2.378
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.563</u>	<u>2.426</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

14.1. Composição dos empréstimos

Empréstimo	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Itaú	256.309	-	752.704	-
Total passivo circulante	<u>256.309</u>	<u>-</u>	<u>752.704</u>	<u>-</u>
Itaú	-	223.453	-	223.453
Total passivo não circulante	<u>-</u>	<u>223.453</u>	<u>-</u>	<u>223.453</u>

a) Empréstimo Controladora:

O empréstimo captado pela Companhia via Banco Itaú BBA S.A (Coordenador Líder) refere-se à 1ª emissão de Notas Comerciais escriturais em série única, com garantia real de cessão fiduciária de direitos creditórios de 5 boletins de subscrição de capital que totalizam R\$262.000. As notas comerciais foram emitidas em 10 de março de 2023 de acordo com a Resolução da CVM nº 160, em vigor desde janeiro de 2023 (“Resolução CVM 160”), nos termos do rito de registro automático de distribuição previsto nos artigos 26 e 27 da Resolução CVM 160 (“Rito Automático”), para Investidores Profissionais. O prazo é de até 24 meses a partir da data do primeiro desembolso e a amortização é na forma de “bullet” no vencimento.

O Termo de emissão dessas Notas Comerciais prevê cláusulas de vencimento antecipado não financeiros “covenants”. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está adimplente com os índices de “covenants” contratados. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração dessas cláusulas, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados descumprimentos das cláusulas contratuais de vencimento antecipado.

b) Empréstimos Infraestrutura Brasil XXV (Controlada):

O empréstimo captado via Banco Itaú BBA S.A (Coordenador Líder) e Santander S.A refere-se ao contrato de coordenação, colocação e distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real no montante total de R\$450.000, desembolsados em 3 parcelas nos meses de janeiro, abril e maio de 2024.

A escritura dessas Debêntures está sujeita a condições não financeiras, incluindo cláusulas de vencimento antecipado para essas condições. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não estava em débito com quaisquer “covenants” não financeiros estabelecidos nas escrituras, incluindo requisitos de governança, restrições sobre alienações e obrigações de divulgação, cumprindo integralmente as condições acordadas. A escritura não está sujeita a condições financeiras em 31 de dezembro de 2024.

<u>Instituição/Credor</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Data Captação</u>	<u>Tipo de Garantia</u>	<u>Frequência de pagamento de juros/amortização</u>	<u>Vencimento final</u>
IBH XXIV ITAU S.A	CDI+ 2,80% a.a.	03/2023	Boletins de subscrição de capital (FIP IV)	24 meses	mar/2025
IBH XXV ITAU SA.	CDI + 2,35% a.a.	01/2024	Cessão fiduciária de direitos creditórios, de equipamentos e de ações	18 meses	jun/2025

A remuneração das debêntures é por meio da variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 2,35% ao ano com vencimento em junho de 2025.

14.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos

<u>Empréstimo</u>	<u>CDI a.a. (%)</u>	<u>Spread a.a. (%)</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Juros</u>	<u>Encargos</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2024</u>
Itaú (IBH XXIV)	100%	2,80%	223.453	-	31.500	1.356	-	256.309
Itaú (IBH XXV)	100%	2,35%	-	444.081	48.368	3.946	-	496.395
Total passivo circulante			<u>223.453</u>	<u>444.081</u>	<u>79.868</u>	<u>5.302</u>	<u>-</u>	<u>752.704</u>

<u>Empréstimo</u>	<u>CDI a.a. (%)</u>	<u>Spread a.a. (%)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Juros</u>	<u>Encargos</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2023</u>
Santander	13,65%	1,40%	20.681	-	644	-	(21.326)	-
Itaú	100%	2,80%	-	199.336	23.439	678	-	223.453
Total passivo circulante			<u>20.681</u>	<u>199.336</u>	<u>24.084</u>	<u>678</u>	<u>(21.326)</u>	<u>223.453</u>

15. PROVISÕES DIVERSAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas administrativas	33	13	591	69
Despesas Financeiras	-	-	-	318
Honorários advocatícios	-	-	13	458
Total ativo circulante	<u>33</u>	<u>13</u>	<u>604</u>	<u>845</u>
Provisão desmobilização	-	-	412	-
Total ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>412</u>	<u>-</u>

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Encargos sociais	-	-	767	733
Provisão para férias	-	-	1.010	725
Provisão de PLR	-	-	5.719	5.715
Total - passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.496</u>	<u>7.173</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Incentivo de Longo Prazo (i)	-	-	2.814	536
Total - passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.814</u>	<u>536</u>

- (i) Os contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) foram firmados pela controlada Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento pela Assembleia Geral, o qual está sujeita ao limite global de 5% (cinco por cento) do Ganho do Acionista. O Plano do Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo permitir que seus Beneficiários façam jus, de acordo com os termos e condições previstos, ao Incentivo, consubstanciado no direito ao recebimento de valor em dinheiro, ou de ações de emissão da Holding ou da Companhia, conforme o caso, atrelado a potencial valorização do investimento realizado pelo Acionista Controlador, proporcional ao percentual atribuído a cada Beneficiário. O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um Evento de Liquidez decorrente de uma Transferência de Controle da Holding e/ou da Companhia. A atual previsão é que o pagamento deverá ser realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos Beneficiários.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui capital social registrado no valor de R\$650.000, composto por 650.000.400 ações ordinárias nominativas, 100% subscritadas pelo acionista Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo parcialmente integralizado em R\$378.000 em 31 de dezembro de 2024 (R\$200.000 em 31 de dezembro de 2023).

b) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(65.902)	(54.229)
Quantidade de ações	<u>650.000</u>	<u>650.000</u>
Prejuízos básico e diluído por ação	<u>(0,10139)</u>	<u>(0,08343)</u>

18. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com serviços de O&M	-	-	1.403	-
Receita com locação	-	-	18.798	166
Receitas não faturadas	-	-	9.702	-
(-) Impostos sobre vendas	-	-	(772)	(6)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.131</u>	<u>160</u>

19. CUSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de O&M	-	-	(4.206)	(72)
Depreciação usinas em operação	-	-	(4.702)	-
Depreciação Direito de Uso	-	-	(565)	-
Juros Locações Arrendadas	-	-	(220)	-
Total	-	-	(9.693)	(72)

20. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	-	-	(12.799)	(10.196)
Provisão ILP	-	-	(2.277)	(537)
Reversão de bônus	-	-	-	51
PLR	-	-	(3.859)	(5.716)
Benefícios	-	-	(1.520)	(1.042)
Férias e outros encargos	-	-	(2.290)	(1.948)
Total	-	-	(22.745)	(19.387)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de ocupação e escritório	-	(437)	(397)	(897)
Despesas com viagens e estadias	-	-	(592)	(511)
Serviços de terceiros	(51)	-	(4.736)	(3.454)
Softwares e suporte de informática	-	-	(604)	(309)
Perdas	-	-	(1.147)	-
Outras despesas	(89)	(99)	(1.897)	(342)
Total	(140)	(536)	(9.373)	(5.513)

22. DEPRECIAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação locações arrendadas (i)	-	-	(1.500)	(538)
Depreciação (ii)	-	-	(253)	(162)
Total	-	-	(1.753)	(700)

i) Depreciação dos contratos de arrendamento, das usinas em construção.

ii) Depreciação de ativos utilizados na administração.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	4	118	8.904	8.637
Descontos obtidos	-	-	4.844	924
Varição cambial ativa	-	-	523	1.072
Receitas Financeiras Total	<u>4</u>	<u>118</u>	<u>14.271</u>	<u>10.633</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS sob receita financeira	-	(5)	(702)	(445)
Juros s/ empréstimos	(31.500)	(24.084)	(40.866)	(24.084)
Encargos s/ empréstimos	(1.357)	(678)	(5.302)	(678)
Juros locações arrendadas	-	-	(6.339)	(1.174)
Resultado "hedge"	-	-	(4.327)	(3.567)
Juros de mora	-	-	(1.281)	(321)
IOF	-	-	(80)	(124)
Comissão s/ carta de crédito	-	-	(782)	(172)
Multa, Juros, Tarifas bancárias	(146)	(185)	(622)	(346)
Varição cambial passiva	-	-	(3.183)	(8.423)
Despesas Financeiras Total	<u>(33.003)</u>	<u>(24.952)</u>	<u>(63.484)</u>	<u>(39.334)</u>
Resultado Financeiro	<u>(32.999)</u>	<u>(24.834)</u>	<u>(49.214)</u>	<u>(28.701)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(65.902)	(54.229)	(63.647)	(54.229)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(22.407)	(18.438)	(21.640)	(18.438)
Equivalência Patrimonial	11.139	514	11.139	
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(2.255)	(14)
Parcela não reconhecida de crédito tributário	(11.268)	(17.924)	(10.501)	(18.419)
Despesas de IRPJ e CSLL	-	-	(2.255)	(14)
Alíquota efetiva			3,54%	0%

25. PARTES RELACIONADAS

Remuneração da Administração

O pessoal da alta administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços é realizada pela controlada Infraestrutura Brasil Holding XXV e está representada por honorários que atingiram o montante de R\$10.379 em 31 de dezembro de 2024 (R\$10.497 em 31 de dezembro de 2023) classificado na rubrica de despesas com pessoal no resultado do período consolidado.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Derivativos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía com instituições financeiras contratos de compra futura de moeda, visando, principalmente, à proteção de parte de seus ativos operacionais de curto prazo em moeda estrangeira. Esses contratos em aberto nessa mesma data foram avaliados pelo seu valor justo, conforme demonstrado na tabela a seguir. O valor nominal e justo desses instrumentos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

Modalidade	Valor nominal (mil)	Moeda/posição (ativo/passivo)	Contraparte	Taxa de câmbio contratada	Vencimento	2024	2023
NDF/swap	687	USD	Itaú S/A	5,108	15/06/2023	-	(180)
NDF/swap	687	USD	Itaú S/A	4,847	03/07/2023	-	(28)
NDF/swap	687	USD	Itaú S/A	4,814	24/07/2023	-	(19)
NDF/swap	2.478	USD	Itaú S/A	5,299	15/01/2024	-	(308)
NDF/swap	759	USD	Itaú S/A	4,934	18/10/2023	-	149
NDF/swap	2.478	USD	Itaú S/A	5,250	16/11/2023	-	(255)
NDF/swap	732	USD	Itaú S/A	4,958	17/11/2023	-	136
NDF/swap	2.478	USD	Itaú S/A	5,276	15/12/2023	-	(283)
NDF/swap	2.560	USD	Itaú S/A	5,326	15/02/2024	-	(352)
NDF/swap	3.056	USD	Itaú S/A	5,376	15/04/2024	-	(496)
NDF/swap	637	USD	Itaú S/A	5,138	20/10/2023	-	(52)
NDF/swap	855	USD	Itaú S/A	5,160	13/11/2023	-	(203)
NDF/swap	2.478	USD	Itaú S/A	5,172	27/11/2023	-	(692)
NDF/swap	3.304	USD	Itaú S/A	5,189	15/12/2023	-	(984)
NDF/swap	7.123	USD	Itaú S/A	5,214	15/01/2024	(2.564)	-
NDF/swap	3.516	USD	Itaú S/A	5,211	02/04/2024	(555)	-
NDF/swap	2.285	USD	Itaú S/A	5,216	08/04/2024	(374)	-
NDF/swap	5.098	USD	Itaú S/A	5,216	08/04/2024	(834)	-
Total						<u>(4.327)</u>	<u>(3.567)</u>

(iii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iv) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

		Controladora					
		31/12/2024					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		12,15%	9,1%	15,2%	6,1%	18,2%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	74	9,0	6,7	11,2	4,5	13,5
Empréstimos e Financiamentos	CDI	256.309	31.142	23.356	38.927	15.571	46.712
		Consolidado					
		31/12/2024					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		12,15%	9,1%	15,2%	6,1%	18,2%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	23.637	2.872	2.154	3.590	1.436	4.308
Empréstimos e Financiamentos	CDI	752.704	91.454	68.590	114.317	45.727	137.180

27. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Élis Energia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existem processos classificados como possíveis ou prováveis nas esferas cíveis, trabalhista e tributária que requeiram divulgação.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de fevereiro de 2025 foi desembolsado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), o montante total de R\$623.400.000,00 (seiscentos e vinte e três milhões e quatrocentos mil reais) referente aos seguintes contratos de financiamento:

- (i) Em 17 de dezembro de 2024, sua controlada, a Companhia Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. ("IBH XXV") celebrou o Contrato de Financiamento com a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. ("FINAME") e com o BNDES, no montante total de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com desembolso integral no primeiro trimestre de 2025, mediante cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato, dentre as quais consta a apresentação de carta de fiança como garantia fidejussória. A remuneração sobre o principal é correspondente à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE ("IPCA"), calculado de forma *pro rata temporis*, (ii) pela Taxa de Longo Prazo ("TLP") prefixada de 6,66% a.a. e (iii) pelo *spread* da(o) FINAME / BNDES de 1,50%. O prazo do financiamento é de até 192 meses, com carência de até 36 meses (a ser definida na liberação dos recursos). A amortização seguirá o Sistema de Amortização Constante ("SAC").

- (ii) Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou o Contrato de Financiamento a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Novo Fundo Clima, junto ao BNDES, no montante total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com desembolso integral no primeiro trimestre de 2025, mediante cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato, dentre as quais consta a apresentação de carta de fiança como garantia fidejussória. A remuneração sobre o principal é correspondente 9,40% a.a. O prazo do financiamento é de até 192 meses, com carência até 15/10/2025. A amortização seguirá o Sistema de PRICE.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores para aquisição de imobilizado	-	-	8.254	27.308
Impactos de CPC 06 (R2) Arrendamento mercantil	-	-	59.282	28.165
Juros capitalizados relativo a empréstimos	-	-	39.002	-
	-	-	106.538	55.473

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os administradores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e (ii) todas as informações relevantes relacionadas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, em 20 de março de 2025 foi aprovada a emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.